



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**

fls. 4

Ofício-Circular n. 437/2013  
0013096-34.2013.8.24.0600

Florianópolis, 17 de outubro de 2013.

**Assunto: Comunicação de indisponibilidade de bens – autos n. 0013096-34.2013.8.24.0600**

Senhor(a) Registrador(a) de Imóveis:

Encaminho a Vossa Senhoria cópia digitalizada do Ofício n. 5495293 (fls. 1-2), subscrito pelo Exmo. Senhor Narciso Leandro Xavier Baez, Juiz Federal da 2ª Vara Federal de Chapecó, bem como da decisão (fl. 3) exarada nos autos acima referidos, para anotação da indisponibilidade de bens da(s) pessoa(s) ali mencionada(s).

Eventuais respostas positivas deverão ser encaminhadas diretamente ao subscritor do referido ofício, no seguinte endereço: Rua Florianópolis, n. 901-D, Jardim Itália, Chapecó – SC, CEP 89.814-200, e-mail: sccha02@jfsc.jus.br.

Atenciosamente,

Antônio Zoldan da Veiga  
Juiz-Corregedor



Poder Judiciário  
JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Santa Catarina  
2ª Vara Federal de Chapecó

**EXECUÇÃO FISCAL Nº 99.60.01700-1/SC**

**EXEQUENTE : UNIÃO - FAZENDA NACIONAL**  
**EXECUTADO : TORMAFRIL TORNEARIA E MÁQUINAS**  
**FRIGORÍFICAS LTDA/**  
**: ALCINDO LUIZ SOUZA DE ARAÚJO**

**DESPACHO/DECISÃO**

1. A União - Fazenda Nacional postula a decretação de indisponibilidade de bens, com fundamento no art. 185-A do CTN, que dispõe:

*"Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. (Incluído pela LC nº 118, de 2005)*

*§ 1º A indisponibilidade de que trata o caput deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite.*

*§ 2º Os órgãos e entidades aos quais se fizer a comunicação de que trata o caput deste artigo enviarão imediatamente ao juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houverem promovido."*

2. O dispositivo deve ser lido em cotejo com o art. 184 do mesmo diploma, segundo o qual:

*"Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis".*

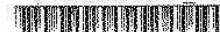
3. É dizer: **não apenas os bens presentes podem ser objeto de indisponibilidade, mas, também aqueles que venham a ser registrados em seu nome futuramente.** Tal providência (anotação de indisponibilidade de bens futuros) já foi, inclusive, aceita pelo TRF da 4ª Região no AI 2009.04.00.011351-0/RS, Rel. Juíza Eloy Bernst Justo, 2ª T., j. 24-4-2009.

99.60.01700-1



[E050797869©/EVB]

5495293.V004 1/3



001309634.2013.8.24.0600 44011 178 71



Poder Judiciário  
JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Santa Catarina  
2ª Vara Federal de Chapecó

4. Dessa maneira, e considerando que, na presente execução, o executado foi citado e, inexistindo notícia da existência de bens passíveis de constrição, revela-se, portanto, aplicável a medida prevista no art. 185-A do CTN.

5. Assim, com fundamento no art. 185-A do CTN, determino a expedição de ofícios às autoridades abaixo enumeradas, para que **procedam ao registro desta ordem em seus bancos de dados e façam o bloqueio de bens que estejam ou venham a ser registrados em nome de Tormafriil Tornearia e Máquinas Frigoríficas Ltda (CNPJ nº 79.314.035/0001-55) e Alcindo Luiz Souza de Araújo (CPF 386.840.809-63), até o limite de R\$ 265.343,49 (duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e três reais e quarenta e nove centavos), valor do crédito tributário atualizado até setembro de 2013:**

- 5.1. Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina;
- 5.2. Diretor do Departamento Nacional de Trânsito;
- 5.3. Autoridade Supervisora do Mercado de Capitais (CVM);
- 5.4. Presidente da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia;
- 5.5. Cartório de Registro de Imóveis de Chapecó/SC.

6. Referidos órgãos e entidades deverão comunicar imediatamente este Juízo a respeito dos bens e valores que sejam ou venham a ser indisponibilizados em cumprimento à presente decisão. Para tanto, determino o arquivamento desta determinação para bloqueios futuros.

7. Cumprido o item "5", arquivem-se os autos em secretaria, sem baixa, na forma do § 2º do art. 40 da LEF.

8. Intimem-se.

9. **Cópias da presente decisão sirvam de Ofício nº 5495293 dirigidos aos destinatários enumerados no item 5.**

Chapecó, 23 de setembro de 2013.



Documento eletrônico assinado por **NARCISO LEANDRO XAVIER BAEZ, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.jfsc.jus.br/gedpro/verifica/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **5495293v4** e, se solicitado, do código CRC **C25CB582**.

99.60.01700-1



[E050797869©/EVB]  
5495293.V004 2/3





**Autos nº 0013096-34.2013.8.24.0600**

**Ação: Pedido de Providências/PROC**

**Requerente:** Juízo da 2ª Vara Federal de Chapecó e outro

**Requerido:** Tormafriil Tornearia e Máquinas Frigoríficas Ltda. e outro

### **DECISÃO**

Trata-se de expediente encaminhado pelo Dr. Narciso Leandro Xavier Baez, Juiz Federal da 2ª Vara Federal de Chapecó/SC, no qual solicita a comunicação da **indisponibilidade de bens**, aos Ofícios de Registro de Imóveis do Estado de Santa Catarina.

Diante do exposto, expeça-se ofício circular aos serviços de Registro de Imóveis do Estado, remetendo-o via Sistema Hermes (malote digital), para dar conhecimento da ordem judicial emanada e, na sequência, informem diretamente à autoridade solicitante sobre o cumprimento da medida (somente se a resposta for positiva).

A divisão administrativa deverá abster-se de juntar aos autos eventuais respostas negativas ou positivas, devolvendo-se, de ofício, o expediente ao remetente para o cumprimento da ordem inicial.

Cientifique-se o requerente. Após, arquivem-se.

Deixo de remeter o presente processo ao crivo da Excelentíssima Vice-Corregedora-Geral da Justiça, diante do contido na Portaria n. 3/2012.

Florianópolis (SC), 16 de outubro de 2013.

**Antônio Zoldan da Veiga**  
**Juiz-Corregedor**